

ENTRE A RESILIÊNCIA E A PRODUÇÃO COMUNITÁRIA: A EXPERIÊNCIA DOS FUNDOS ROTATIVOS GERIDOS PELA REDE PINTADAS

Silvia Maria Bahia Martins¹

RESUMO

O presente relato de experiência tem como objetivo analisar a operação dos fundos rotativos gerenciados pela Rede Pintadas, uma organização de base comunitária do semiárido baiano. O histórico de mobilização social, o protagonismo das mulheres e a interlocução com organismos internacionais e poder público revelam particularidades da iniciativa que servem à reflexão sobre participação e desenvolvimento local.

*

Introdução

Iniciativas comunitárias que desenvolvem finanças não são comuns, ainda que historicamente existam experiências longevas e consolidadas em todo o mundo. Organizações da sociedade civil que promovem fundos rotativos não são amplamente disseminadas, apesar de experiências nacionais e internacionais indicarem caminhos possíveis. E quando o governo também assume essa agenda e estabelece critérios e recursos para viabilizar investimentos nessa área, uma nova rota é desbravada fazendo com que o fenômeno adquira nuances de complexidade.

Se fundos rotativos não são prosaicos, mais particular é a experiência da Associação de Entidades de Apoio ao Desenvolvimento Sustentável de Pintadas, conhecida como Rede Pintadas. Esta organização da sociedade civil congrega arranjo – quiçá o único na Bahia com as atuais características –, que mobiliza recursos financeiros de diferentes fontes institucionais, governamentais e da sociedade civil, e os destina para empreendimentos populares por meio da aquisição de insumos e equipamentos voltados para qualificar os processos produtivos.

¹ Mestra em Desenvolvimento e Gestão pela UFBA, atuou como técnica do Governo da Bahia entre 2009 e 2023, e acompanhou o contrato de gestão do Centro Público de Economia Solidária – Bacia do Jacuípe, gerenciado pela Rede Pintadas. E-mail: contato@redepintadas.org.br.

Localizada no território da Bacia do Jacuípe, encravado no semiárido baiano, a Rede Pintadas aprendeu a usar seu prestígio e legitimidade para mediar processos de gestão social que têm intenso protagonismo das mulheres.

Diante desse quadro, o presente artigo pretende analisar a operação dos fundos rotativos geridos pela Rede Pintadas com recursos advindos da *Huairou Comisión*, rede global de apoio à formação de lideranças femininas, e do governo da Bahia, a partir de política pública de economia solidária. As variáveis aqui encontradas servem à reflexão acerca da participação e do desenvolvimento local.

Sobre finanças solidárias

Por mais naturalizados que pareçam os bancos, a financeirização e as transações comerciais com base no dinheiro são fenômenos recentes. As práticas vinculadas à ganância e à usura, ou seja, a ânsia exorbitante e o apego exagerado ao dinheiro baseado em juros, estão atreladas a uma fase da história que tem o capital como sistema metabólico principal das trocas nas mais diversas relações. E assim como houve a conformação e a institucionalização de finanças pelo capitalismo, iniciativas consideradas “alternativas” também se constituíram às margens ou de forma complementar ao modelo hegemônico.

Karl Polanyi, pensador húngaro, formulou pensamento que compreendia a relação entre economia e sociedade de forma a proporcionar o bem-estar. Para o autor, a propensão de barganhar, permutar e trocar não havia se manifestado até a época de Adam Smith. O seu ensaio “A Grande Transformação” (1980) tornou-se um marco referencial ao proclamar que a economia, em tempos pregressos ao capitalismo, estava inserida, ou melhor, incrustada (*embedded*) nas relações sociais. Vida social e economia não eram esferas separadas, sendo a segunda predominantemente subordinada à primeira. O advento da sociedade de mercado é produto da interferência do Estado de transformar, forçada e artificialmente, trabalho, terra e dinheiro em mercadoria.

De um lado, o autor revelou a incapacidade de a teoria econômica clássica explicar as relações sociais e econômicas para além daquelas baseadas na economia de mercado. De outro, a autorregulação do mercado

foi percebida como uma invenção que não encontra correspondência com a realidade quando submetida à análise histórica de demais sistemas econômicos. Em síntese, para Polanyi (1980), o comportamento econômico depende do contexto social, das suas instituições, dos costumes e das crenças. Na sua análise institucional, o autor identifica modelos comuns de organização social do processo econômico na história, denominados formas de integração e que são expressos pelos princípios de reciprocidade, redistribuição e domesticidade. O princípio do intercâmbio, próprio das relações de mercado, é regido pelo auto interesse.

No princípio da reciprocidade, sobre o qual esse texto se detém, o padrão da simetria e os movimentos de dar e receber bens (“um toma-lá-dá-cá sistemático e ordenado”) são condição e tendem a ocorrer especialmente em relações de parentes e entre certas formas de afinidade, em subgrupos. Como fenômeno social total, a dádiva comporta o princípio comum das trocas, que possuem “caráter voluntário, aparentemente livre e gratuito, e, no entanto, obrigatório e interessado” (MAUSS, 2003, p.188), ou seja, a obrigação de dar, receber e retribuir, sem recusas. Mauss (2003), a partir das especificidades dessas sociedades, defende a generalidade e a leitura de tais fenômenos na sociedade ocidental. A relação de troca, ao ser consumada, gera as condições da circularidade, permitindo a emergência das condições da retribuição que pode acontecer de modo imediato ou em tempo oportuno; em outros termos, estabelece-se a dívida. A recusa à retribuição pode gerar problemas, inclusive criação de momentos de rivalidade e antagonismo, guerras no caso. Aqui, portanto, não é o mercado, o lucro quem rege as trocas, mas a reputação, a integração entre as partes que transacionam.

Interessante mencionar que Polanyi (1980) não compreende os princípios como estágios de desenvolvimento; ele percebe que esses modelos podem conviver, ainda que haja hierarquia entre eles ou “eclipses temporais” de um princípio em determinado momento histórico. A análise de Polanyi apresenta fôlego na contemporaneidade por sinalizar a pluralidade de comportamentos econômicos, explicitando que a instituição mercado, motivada pelo interesse, somente é um de seus momentos.

Essa abordagem permite analisar o fenômeno das finanças solidárias. As finanças denominadas solidárias ganharam fôlego no Brasil quando do surgimento de novos movimentos sociais pós-ditadura

militar no fim dos anos 1980 e início dos 1990. No ambiente da sociedade civil organizada a discussão sobre democratização passou a contemplar não só os campos social e político-partidário, mas também a economia com foco para as organizações econômicas produtivas. É nesse caldo cultural que a denominação economia solidária encontra ressonância e passa a denominar práticas, iniciativas, experiências que se vinculam à cooperação, à propriedade coletiva dos meios de produção, à igualdade de direitos e de decisão, à gestão democrática, à repartição combinada sobre o excedente de produção.

Os fundos rotativos, bem como as cooperativas de crédito e os bancos comunitários de desenvolvimento, são considerados exemplos de finanças solidárias, os quais estão inscritos nas atividades de microcrédito, que, por sua vez, fazem parte das microfinanças, um rol de serviços financeiros voltados para negócios e famílias que não são alvo da bancarização convencional.

De forma sintética, o fundo rotativo solidário é uma espécie de poupança coletiva, formada por doação dos membros do fundo e/ou constituída por recursos externos, que visa atender necessidades dos participantes por meio de regras pactuadas entre as partes envolvidas.

Nas atividades agrícolas e no meio rural, os bancos de sementes, sejam crioulas ou não, voltados para rotatividade e permuta no período no plantio, os mutirões para limpar barreiros e a roça, a colheita e a “bata” do feijão, a farinhada, a criação de animais de pequeno porte para reprodução de matrizes e repasse entre as famílias são caracterizadamente experiências que funcionam como fundo rotativo não monetário, já que as trocas não têm como mediador o dinheiro. São formas de organização da (re)produção e do trabalho baseadas em relações de solidariedade. No meio urbano, a formação do caixa, uma poupança que recebe valores por um período e a soma dos recursos coletados dos/as participantes é entregue, preferencialmente por mês, à/ao integrante sorteado/a também pode exemplificar o fundo rotativo, mas agora o de natureza monetária já que implica circulação de moeda. A manutenção dessas tantas iniciativas no tempo demonstra sua capacidade de forjar dinâmicas econômicas informais e que mantém o convívio baseado na confiança e na melhoria de condições de vida.

Diante das informações acima, é possível decodificar as três categorias: fundo, porque congrega recursos, sejam eles monetários (dinheiro) ou não (força de trabalho, sementes etc.); rotativo, porque os recursos circulam entre os/as integrantes e o fundo nunca fica vazio; e solidário, porque quando um/a participante ou uma família acessa o benefício, ele/a assume o compromisso de devolver dentro dos critérios acordados para o fundo o valor do bem recebido para que ela mesma ou outro/a participante seja beneficiado; como as decisões são tomadas pelo coletivo, cria-se uma relação de responsabilidade mútua. Esse aspecto, importante mencionar, não impede situações de inadimplência, absenteísmo e “calote”. Como o retorno dá-se de forma voluntária, não implica em cadastro negativo em sistemas creditícios, a quebra contratual não implica em sanções jurídicas para o/a participante, no entanto, a confiança dos laços grupais tende a ficar combalida, considerando os aspectos de confiança e corresponsabilidade.

O processo de mobilização de recursos tende a lidar com momentos que se complementam, quais sejam: captação do recurso, sua gestão (definição de critérios, elaboração de regimento interno, formas de devolução, viabilidade econômica), disponibilidade do recurso aos/as participantes e a devolução. No entanto, nem toda experiência terá cada uma dessas fases administradas de forma igual. Cada fundo desenvolve critérios e regulamentos próprios.

Por muito tempo a sociedade civil ficou exclusivamente encarregada da formulação, operação, registro e difusão das iniciativas vinculadas a fundos rotativos. A Articulação do SemiÁrido (ASA) e a Pastoral da Criança foram responsáveis pela disseminação de práticas de ajuda mútua, especialmente quando da construção das primeiras cisternas de consumo no Nordeste brasileiro.

Com a ampliação de experiências, encontros e seminários passaram a ser realizados e projetaram visibilidade para o fenômeno dos fundos rotativos em parceria com os governos. Com a assunção do governo Lula, em 2003, e a criação da Secretaria Nacional de Economia Solidária – Senaes ações governamentais foram canalizadas para as experiências de fundos rotativos. O Programa de Apoio a Projetos Produtivos Solidários – PAPPS, pioneiro nessa área, apoiou 50 iniciativas de fundos solidários na região Nordeste entre 2005 e 2009, sendo 10 deles na Bahia. Entre 2011 e 2012, a Senaes financiou mapeamento dos fundos rotativos no país e registrou

586 experiências que foram classificadas por tipologia (BARRETO, 2016): a) a entidade de fomento, quando uma organização incentiva grupos e/ou comunidades à autogestão e à formação de iniciativas de pequenos fundos rotativos locais; b) as entidades gestoras, as quais realizam a gestão dos recursos e também oferecem formação e assistência técnica; e c) as entidades de apoio e fomento, que realizam a gestão do fundo e estimulam a criação de outros.

Na Bahia, a criação do Comitê Gestor de Fundos Rotativos Solidários a partir de 2009 permitiu a aproximação entre sociedade civil e poder público. O diálogo desde então viabilizou o lançamento, em 2011, de edital específico de apoio a fundos rotativos pela Superintendência de Economia Solidária e Cooperativismo. Vinte iniciativas, compostas por mais de 200 empreendimentos, foram apoiadas com o total de recursos de R\$ 3.420.000,00 (três milhões quatrocentos e vinte mil reais).

Sobre a Rede Pintadas

A Rede Pintada tem sua história ligada a três componentes imbricados: a atuação da Igreja Católica na região do nordeste do semiárido baiano, especialmente nos anos 1960/1970, quando assolava desnutrição infantil, fome e migração, e nos anos 1980 quando as Comunidades Eclesiais de Base tiveram forte influência na formação do Movimento de Mulheres Pintadenses; a busca por tecnologias sociais de convivência com o semiárido, especialmente a construção de estruturas de armazenamento de água para enfrentamento de longas estiagens; e a constituição de lideranças sertanejas aguerridas, identificadas com o bioma e com a militância especialmente nos sindicatos de trabalhadores rurais.

No final dos anos 1980, o caso de grilagem de terras na comunidade do Lameiro mudou a história da participação local. Depois de 14 anos de negociações, mutirões e confrontos, o programa de reforma agrária federal acolheu a demanda comunitária e desapropriou 250 hectares para assentamentos de famílias. A aproximação dos técnicos do governo com as famílias favoreceu a elaboração do Projeto Pintadas, que posteriormente foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, e que fomentou o desenvolvimento de iniciativas autogestionárias voltadas para a agricultura familiar, essencial para experimentação de técnicas de produção e de consolidação de relações de solidariedade.

A partir de então, o Centro Comunitário de Serviço de Pintadas, célula inicial de organização comunitária, foi constituído com o intuito de formar tecnicamente os/as filhos/as dos/as agricultores/as e estimulou o surgimento de outras organizações, dentre as quais se encontra a Escola Família Agrícola.

O Movimento de Mulheres Pintadenses foi responsável por ações de mobilização em torno da participação popular, de diálogos com o poder público e a comunidade e seu apoio se tornou fundamental para articular e firmar a eleição da primeira prefeita municipal por dois mandatos, de 1997 e 2004² (JESUS, 2019). A economia solidária e a interlocução com os movimentos sociais tornaram-se algumas das principais agendas ao longo da gestão. E em 1999, o Movimento foi formalizado sob o nome Associação das Mulheres Pintadenses, que posteriormente assumiu características empreendedoras, tendo como braços econômicos a padaria, o restaurante e a lanchonete Delícias do Sertão.

Já em 2003, foi formalizada a Rede Pintadas, que conferiu maior força ao processo de organização local, e, assim, se tornou um fenômeno que passou a ser observado por organismos nacionais e internacionais e estudado pela academia. No ano de 2002, teve seu trabalho reconhecido com o prêmio “Gestão Pública e Cidadania”, concedido pela Fundação Getúlio Vargas, BNDES e Fundação Ford. Em 2008, o prêmio SEED, uma iniciativa de governos e organizações internacionais, como o PNUD e o PNUMA (ONU), reconheceu o trabalho com irrigação e bombeamento de água com fins de fortalecer a agricultura familiar de pequena escala.

E foi assim que a Rede Pintadas encontrou oportunidade de trabalhar em prol do desenvolvimento comunitário e se filiou à Huairou Commissão, em 2008. Ela pode ser considerada uma rede global de organizações de mulheres, uma coalização internacional que trabalha em nível de base promovendo o poder político feminino e coletivo no âmbito global. Sua atuação ocorre em 45 países, contemplando 750.000 mulheres e comporta mais de 100 organizações membros. Está em seu foco descobrir e apoiar iniciativas coletivas de desenvolvimento sustentável de baixo para cima. E para organizar a sua atuação apoia três linhas: terra e habitação, resiliência e engajamento da governança. Pela capacidade de construir

2 Neusa Cadore é natural de Santa Catarina e instalou-se em Pintadas em 1984 para desenvolver trabalho missionário em Comunidades Eclesiais de Base. Depois de dois mandatos como prefeita de Pintadas, está no quinto mandato como Deputada Estadual, no atual presidindo a Bancada Feminina.

parcerias, a Huairou participa de diversos espaços de discussão de bancos de desenvolvimento e de organismos multilaterais e mobiliza recursos das mais diversas fontes.

O apoio para a Rede Pintadas inscreve-se no eixo resiliência no âmbito das cadeias de valor. Denominado Fundo de Resiliência Comunitária, o projeto é eminentemente voltado para mulheres que se mobilizam em torno de práticas colaborativas que reduzem a vulnerabilidade diante de ameaças naturais e mudanças climáticas. Esse perfil de fundo já foi implementado em 21 países de África, da Ásia, da América Latina e Caribe. No Brasil, três iniciativas tornaram-se membros e somente a Rede Pintadas é a integrante localizada no semiárido.

Hoje, o fundo rotativo contempla 20 empreendimentos no valor de vinte mil dólares (aproximadamente cem mil reais na cotação de maio de 2023). Além da gestão do recurso, a Rede Pintadas realiza sessões regulares de treinamento e capacitação para as envolvidas. Intercâmbios são fomentados com outras organizações da Huairou, como ocorreu com a Las Brumas, uma rede na Nicarágua.

Em 2012, a Rede Pintadas concorreu ao certame e passou a gerenciar um equipamento público. O Centro Público de Economia Solidária (Cesol), ação governamental do Governo da Bahia, foi planejado como espaço multifuncional que dispunha de base de serviços voltados para as especificidades dos empreendimentos solidários. Inicialmente administrado pelo governo, o Cesol passou a partir de 2013 a ter atuação territorial³ e descentralizada por meio de contratos de gestão com organizações da sociedade civil. Desde então, a prestação de serviços de assistência técnica a empreendimentos de economia solidária e rede de economia solidária e de comércio justo e solidário passou a ser o objeto da atuação (BAHIA, 2012). Hoje, a Bahia conta com 15 Cesols, sendo o do território Bacia do Jacuípe gerenciado pela Rede Pintadas. São 10 anos⁴ de trabalho nos campos da agregação de valor, comercialização, do acesso a mercados, da formação junto a uma carteira ativa de mais de 120 empreendimentos, mas somente em 2020, quando um novo contrato estabeleceu jurídico e administrativamente a meta e permitiu a alocação de recursos específicos, o fundo rotativo tornou-se passível de implementação.

3 O Governo da Bahia, a partir de 2014, reconheceu a existência de territórios de identidade, os quais foram constituídos com base no sentimento de pertencimento a partir de escuta popular. Na atualidade, o estado conta com 27 deles.

4 Intercalado pelos contratos decorrentes de seleção pública nos anos de 2012 (dois anos com renovação para mais dois) e 2019 (dois anos com renovação para mais três), além do contrato emergencial 2017-2018.

Os principais sistemas produtivos que compõem a carteira ativa do Cesol são produção de alimentos e suas subcategorias: fruticultura – polpa de frutas, geleias, licores; beneficiados do trigo – sequilhos, bolos, pães, pizzas, salgados; derivados da mandioca – farinha, beijus, massa de aipim; avicultura – ovos; produtos da colmeia – mel, pólen; Leite – queijos e leite; horticultura e extrativismo do licuri; temperos; produtos de origem animal – banha suína. As demais atividades encontram-se nas manualidades / confecções; artesanato; limpeza – sabão e materiais de limpeza; resíduos sólidos; serviço (restaurante); móveis. E todos podem ser contemplados com recursos do fundo.

O recurso público envolvido é no valor de cem mil reais. Desde o período de sua implantação, cerca de 25 empreendimentos solicitaram crédito e cerca de metade já realizou as devoluções.

Conforme tipologias apresentadas por Barreto (2016), a Rede Pintadas apresenta-se precipuamente como entidade gestora, aquela que mobiliza recursos com apoiadores externos, gerencia a operação do fundo e provê serviços de assistência técnica para os/as participantes.

Para suprir as demandas dos dois fundos, com fontes de recursos e modos de comprovação diferentes, a Rede Pintadas constituiu uma única peça como regimento interno, a qual foi amplamente discutida pelos/as representantes dos empreendimentos. Ele foi registrado em cartório, pois serve para explicitar os direitos e deveres, amparar os acordos e as regras, bem como as decisões tomadas pelo grupo. Nele também estão descritos quem participa, quais os modos de participação, as regras do empréstimo, a periodicidade das reuniões e a composição da Comissão. Ele busca conciliar aspectos pautados pela Huairou, como estabelecimento de estruturas de governança operacionalizadas por lideranças femininas e observar diversidade e atendimento de critérios de vulnerabilidade com base em marcadores de gênero e raça/etnia, e exigidos pelo poder público, como elementos de prestação de contas formal e o formato de repasse como doação. Essa combinação facilita a operação cotidiana por parte da OSC e estabelece regras para dar conta dos dispositivos jurídicos, especialmente quanto à devolução dos recursos pelos grupos.

Ao solicitar o empréstimo, o empreendimento apresenta proposta à Comissão, o Cesol solicita que um/a de seus/suas colaboradores/as a analise e faça um parecer, que é compartilhado com o grupo; o grupo rati-

retifica os aspectos ali dispostos e a Assembleia é acionada para confirmar o pedido. Essa é a parte que se apresenta mais particular da operação do fundo porque aciona um terceiro (equipe de assistência técnica do Cesol) para analisar a viabilidade econômica da solicitação de crédito.

A Comissão Gestora é composta por 5 mulheres, provenientes da Rede Pintadas e de representantes eleitas pelos empreendimentos, com possibilidade de agregar integrantes de conselhos municipais locais quando da seleção de propostas. O mandato é de 2 anos. As reuniões ocorrem uma vez ao mês, ordinariamente, e extraordinariamente sempre que se fizer necessário. As assembleias são os espaços de tomada de decisão, de planejamento de ações e de prestação de contas, nas quais as propostas de crédito e as diretrizes orientadoras são submetidas e aprovadas coletivamente.

O valor máximo do empréstimo é de R\$ 2.000. Uma taxa de adesão de R\$ 20 é solicitada a título de capitalização quando da liberação do primeiro crédito. O prazo de devolução do recurso é de 12 meses, podendo ocorrer a concessão de até dois meses de carência. O pagamento pode se dar em até 10 parcelas. Com a emergência da pandemia do Covid-19, essas variáveis puderam ser recombinaadas a partir de elementos apontados pelos grupos e reconduzidas em consonância com cada particularidade grupal.

Limites, desafios e oportunidades

Com a constituição dos fundos rotativos, a Rede Pintadas passou a ter um papel fundamental no que tange ao fomento e à estruturação produtiva de base comunitária do território Bacia do Jacuípe. Esse esforço institucional tornou-se ainda mais concreto quando da emergência da crise sanitária do Covid-19, no ano de 2020.

A pandemia intensificou um quadro antigo, complexo e desafiador. Muitas das atividades desenvolvidas pelos/as trabalhadores/as estavam inscritas em setores dependentes da economia, intensivas em força de trabalho, com produtividade limitada e baixa inserção tecnológica, bem como atuação forjada em função de sazonalidade de insumos produtivos. As atividades de manualidades e indústrias, como se situam nas franjas do sistema produtivo, tendem a ser complementares como

fonte de renda para os/as trabalhadores/as envolvidos/as. Os produtos agroindustrializados, que já tinham sua condição de acesso a mercados afetada pelas ainda cambaleantes condições de oferta de produção e demanda de consumo, ficaram estocados. Como aos empreendimentos lhes faltam condições mínimas das quais usufruem as grandes empresas capitalistas, a sustentabilidade “requer ações convergentes e complementares de múltiplas instituições e iniciativas” (KRAYCHETE, 2012, p.23) posto que o empenho dos/as trabalhadores/as por si só não é suficiente.

Parte dos empreendimentos assistidos pela Rede Pintadas precisou paralisar suas atividades por completo em função de variáveis, que vão desde o distanciamento social exigido pelos protocolos acertadamente acionados pelo governo estadual quando do ápice da pandemia, passando pelas tensões relativas ao alto nível de letalidade da doença em grupos de idosos e de pessoas com comorbidades, perfil representativo dos/as trabalhadoras/es em questão, até a indisponibilidade de insumos e embalagens necessários à produção no comércio local em função do desabastecimento da indústria.

O acesso ao fundo rotativo tornou-se a condição de manutenção das atividades produtivas nesse período. Alguns dos empreendimentos conseguiram vingar em função do aporte de recursos dos fundos. E isso num cenário no qual mais de 70% dos empreendimentos atendidos pelo Cesol são formados por mulheres e que tendem a assumir atividades produtivas historicamente atribuídas ao corpo feminino e ao ambiente doméstico, como a alimentação, as artesanias e a confecção. Em um território eminentemente rural, no qual a população majoritariamente vive da agricultura e da agropecuária, em que a divisão sexual do trabalho permeia as esferas pública e privada e a problemática das violências de gênero atravessa o cotidiano das mulheres (JESUS, 2019). Em função de tantas condicionantes, a Rede Pintadas ainda não pôde aferir o impacto do fundo rotativo na manutenção dos grupos.

Quanto aos desafios: a soma de duzentos mil reais constitui valor tímido para as necessidades de um território em que a renda per capita dos vulneráveis à pobreza não alcança R\$ 150 (IBGE, 2011). O fundo rotativo, enquanto estratégia de base comunitária, não pode ser percebido como arauto para sanar as mazelas históricas e das ausências institucionais por

que passa o território; não lhe cabe atuar como panaceia. Então, é próprio que a oferta de crédito, nesse sentido, tende a não contemplar a demanda.

No entanto, outro fator aqui é interveniente: se houvesse mais recursos, eles seriam de pronto acionados? Pelos números disponibilizados na seção acima, é possível observar a baixa adesão dos grupos assistidos – menos de 30% dos grupos assistidos pelo Cesol acionaram o fundo. Ao longo do trabalho de campo, a Rede Pintadas tem colecionado relatos de inúmeras mulheres que narram o medo de acessar o crédito e, em função de situações adversas, passar a “dever”. Então, para elas, o fundo rotativo e suas condições tão mais flexíveis e informais que as bancárias também se apresentam inacessível e inviável. Elas são as mais vulneráveis dentro do espectro/categoria da vulnerabilidade. Aqui as heranças e as urgências revelam o quanto as opressões sobre as mulheres são potencialmente desumanizadoras, violadoras de direitos e acessos, o que também expressa a necessidade de emergência de outras formas de lutas e resistências.

Considerações finais

O caso da Rede Pintadas demonstra que a sociedade civil tem desenvolvido competências que alçam seus/suas trabalhadores/as à condição de agentes fundamentais de articulação e associação de políticas de desenvolvimento local. A qualificação do corpo funcional e o ativismo têm favorecido a maturação de processos de gestão social ancorados na vivência e na compreensão da dinâmica social. Ademais, a experiência supra demonstra como a articulação da sociedade civil com os governos amplia as possibilidades de realizar o interesse público ampliado, permitindo que políticas públicas respondam às questões vivenciadas pela sociedade. Em Pintadas já nasceu o que será: (auto)financiamento para implementar soluções endógenas.

Mas isso tudo não elimina a persistente demanda por renovar, revisar e transformar, especialmente em uma organização que lida com o diverso e o desigual. A busca pela sustentabilidade implica imprimir esforços em torno de avançar com os pilares ambiental, social, cultural, ampliando as liberdades, como diria Amartya Sen. Além disso, a atuação das mulheres ainda não pode ser percebida como uma política de gênero ou mesmo feminista. O passivo social permanece e se intensificou em determinados

segmentos. Por isso, torna-se necessário que a Rede Pintadas difunda o que “aprendeu a fazer fazendo” com os demais entes e se provoque a atuar no campo da incidência política e da influência na coisa pública.

COMO CITAR ESSE ARTIGO

MARTINS, S. M. B. Entre a resiliência e a produção comunitária: a experiência dos fundos rotativos geridos pela Rede Pintadas. **Revista Boletim do Observatório da Diversidade Cultural**, Belo Horizonte, v. 99, n. 1, 2023.

REFERÊNCIAS

BAHIA (Estado). Secretaria do Trabalho, Emprego, Renda e Esporte. **Assistência técnica aos empreendimentos associativos populares e solidários e redes de economia solidária e comércio justo e solidário**. Edital 09/2012. Salvador, 2012.

BARRETO, S. S. **Os Fundos Rotativos Solidários no Brasil**: uma perspectiva a partir do mapeamento dos fundos de 2011-2012. Mercado de Trabalho (Rio de Janeiro. 1996), v. 1, p. 101-108, 2016.

BRASIL. **Censo Demográfico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2011. Disponível em: <<http://sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?cd&o=2&i=P&c=200>>. Acesso em: agosto de 2017.

JESUS, Geiziane Oliveira de. **"Aqui não tem muita coisa"** – Narrativas das mulheres de Pintadas-Ba sobre a violência doméstica e familiar em suas vidas e as barreiras para enfrentamento. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2019.

KRAYCHETE, G. Economia popular solidária: indicadores para qual sustentabilidade? In.: KRAYCHETE, G.; CARVALHO, P. (org.). **Economia popular solidária**: indicadores para a sustentabilidade. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2012, p. 15-25.

MAUSS, Marcel. **Ensaio sobre a dádiva**: forma e razão na troca das sociedades arcaicas. In: ___. Sociologia e antropologia. São Paulo: Cosac Naify, 2003.

POLANYI, K. **A grande transformação**: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Campus, 1980.